CONTRATO DE COMODATO

ENTRE

O **MUNICIPIO DE ALMADA**, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação de pessoa colectiva 500051054, neste contrato representado, ao abrigo das disposições legais em vigor, por (.....), com domicílio necessário no edifício dos Paços do Município, adiante designado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**. -----e

A **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA QUINTA DA CARCEREIRA**, com o número de identificação de pessoa colectiva 508869510, neste contrato representada por ..., adiante designada por **SEGUNDO OUTORGANTE**.

É celebrado o presente contrato de comodato, previamente aprovado pela Câmara Municipal na reunião de (.....), que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objecto)

O **PRIMEIRO OUTORGANTE** é legítimo proprietário do imóvel descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o n.º 2080/19950413 da freguesia da Sobreda, e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia sob o artigo P6954.

Cláusula 2.ª

(Enquadramento)

Pelo presente contrato e de acordo a deliberação do **PRIMEIRO OUTORGANTE**, cuja acta se anexa, o **PRIMEIRO OUTORGANTE** cede ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, gratuitamente, nos termos do disposto nos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, o imóvel indicado na cláusula primeira, para que seja utilizado de acordo com o fim a que se destina e restituído no final do mesmo, sem prejuízo das respectivas renovações.

Cláusula 3.ª

(Finalidade)

1. O imóvel objecto deste contrato destina-se a ser utilizado para efeitos de instalações de apoio às iniciativas de âmbito recreativo, desportivo e cultural do **SEGUNDO OUTORGANTE**.
2. O **SEGUNDO OUTORGANTE** não poderá ceder a terceiros o uso do imóvel objecto presente contrato sem autorização expressa do **PRIMEIRO OUTORGANTE**.

Cláusula 4.ª

(Obrigações acessórias)

O **SEGUNDO OUTORGANTE** realizará as obras necessárias à finalidade definida na cláusula 3.ª.

Cláusula 5.ª

(Obrigações Gerais)

São obrigações da **SEGUNDA OUTORGANTE** a conservação e manutenção das áreas comodatadas.

Cláusula 6.ª

(Despesas)

Ficam a cargo do SEGUNDO OUTORGANTE todas as despesas com instalações telefônicas, água, electricidade, gás, e demais despesas destinadas a assegurar o funcionamento geral das mesmas.

Cláusula 7.ª

(Obras)

É autorizado o SEGUNDO OUTORGANTE a realizar obras de conservação ordinária no imóvel objecto do presente contrato, sendo necessária a autorização do PRIMEIRO OUTORGANTE para a realização de obras de outra natureza.

Cláusula 8.ª

(Vigência e condição resolutive)

1. O presente contrato terá a duração de cinco anos a contar da data da sua assinatura, considerando-se automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos, salvo se a intenção de o não renovar for comunicada por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo inicial ou das subseqüentes renovações.
2. Não obstante o disposto no número anterior, o PRIMEIRO OUTORGANTE poderá, em qualquer momento, resolver o presente contrato com fundamento em justa causa.
3. Considera-se justa causa, designadamente, o incumprimento da cláusula 5.ª bem como a utilização do prédio para fins diversos dos previstos.

Cláusula 9.ª

(Devolução dos imóveis)

O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a restituir o imóvel no estado em que o recebeu do PRIMEIRO OUTORGANTE, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma prudente utilização.

Cláusula 10.ª

(Disposições subsidiárias)

Em tudo o que o presente contrato for omissis aplica-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor, nomeadamente os artigos 1129º a 1141º do Código Civil.

O presente contrato foi feito em duplicado ficando um exemplar, devidamente assinado, na posse de cada uma das partes.

Pelo PRIMEIRO OUTORGANTE,

Pelo SEGUNDO OUTORGANTE,